



CÓD: OP-097JH-22  
7908403524907

# FCC

550 questões Gabaritadas

**CADERNO GABARITADO**

---

## ÍNDICE

---

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática .....	35
3. Informática .....	45
4. Direito Penal .....	55
5. Direito Civil .....	69
6. Direito Processual Penal.....	85
7. Direito Processual Civil .....	99
8. Direito Constitucional.....	115
9. Direito Administrativo .....	133

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

### 1. (FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022)

Há certas definições que parecem desnecessárias. História é um termo com o qual convivemos diariamente desde a infância. A maior parte das pessoas ...I quem se

fizer a pergunta “O que é história?” se considerará em condições de respondê-la. Mas, ao tentar uma resposta, a pessoa se enrolará, não chegando ...II nenhuma

definição precisa, ou dirá, com certo desinteresse, refletindo um consenso mais ou menos geral: “A história é o que já aconteceu ...III muito tempo”.

(Adaptado de: BORGES, Vavy Pacheco. O que é história? São Paulo: Brasiliense, 2013, p. 7)

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à - a - à.
- (B) a - à - há.
- (C) a - a - há.
- (D) a - a - a.
- (E) à - à - à.

### 2. (FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/Administração/2021)

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Contos plausíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

O termo que qualifica o substantivo, conferindo a ele ideia de inexorabilidade, compõe a seguinte expressão:

- (A) beleza total (título).
- (B) capacidade de ação (2o parágrafo).
- (C) lei de emergência (3o parágrafo).
- (D) destino fatal (4o parágrafo).
- (E) extrema beleza (4o parágrafo).

### 3. (FCC - TJ AUX (TJ SC)/TJ SC/2021)

Atenção: Para responder à questão considere o texto abaixo.

Amélia, 80, interrompe sonho de ter vaga na universidade para comprar geladeira. Amélia Pires fará 80 anos em 6 de dezembro um pouco mais distante de seu sonho. Há anos faz o exame vestibular para o curso de administração.

Mas este ano teve de desistir. A geladeira estava imprestável, e o dinheiro da inscrição – ajuda de um sobrinho – foi usado para pagar a prestação de uma nova. (Cotidiano, 24 de novembro de 2008)

Não foi uma decisão fácil, como se pode imaginar. Curso de administração ou geladeira? A favor de ambas as coisas, o curso e a geladeira, havia argumentos.

O curso era algo com que sonhava havia muito tempo, desde jovem, para dizer a verdade. Primeiro, porque era uma fervorosa admiradora da atividade em si, da administração. Organizar as coisas, fazer com que funcionem, levar uma empresa ao sucesso, mesmo em épocas de crise, sobretudo em épocas de crise, parecia-lhe um objetivo verdadeiramente arrebatador. Com o curso, ela poderia tornar-se, mesmo com idade avançada, numa daquelas dinâmicas executivas cuja foto via em jornais e em revistas.

Mas a geladeira... A verdade é que ela precisava de uma geladeira nova e a antiga estava estragada, e tão estragada que o homem do conserto a aconselhara a esquecer “aquele traste” e partir para algo mais moderno. E isso precisava ser feito com urgência: todos os dias estava jogando fora comida que estragara por causa do inconfiável eletrodoméstico.

Era o curso ou a geladeira. Era apostar no futuro ou resolver os problemas do presente. Ou se inscrevia na universidade ou pagava a prestação na loja: tinha de escolher. Dilema penoso. Durante duas noites não dormiu, fazendo a si própria cálculos e ponderações. “Faça o curso”, sussurrava-lhe ao ouvido uma vozinha, “você será outra pessoa, uma pessoa com conhecimento, com dignidade, uma pessoa que todos respeitarão”. E aí intervinha outra vozinha: “Deixe de bobagens, querida. Geladeira é comida, e comida é o que importa. Como é que você vai se alimentar se a comida continuar estragando desse jeito? Seja prática.” Duas vozinhas. Anjinho e diabinho? Nesse caso, qual era a voz do anjinho, qual a do diabinho? Mistério.

Na manhã do terceiro dia sentiu um mau cheiro insuportável, vindo da cozinha. Foi até lá, abriu a geladeira e, claro, era a carne que simplesmente tinha apodrecido.

Foi a gota d’água. Vestiu-se, foi até a loja, e comprou a geladeira nova. Que lhe foi entregue naquele mesmo dia. Era uma bela geladeira, com muitos dispositivos que ela mal conhecia. “Vou ter de fazer um curso para aprender a operar essa coisa”, disse ao homem da entrega. Ele concordou: “Sempre é bom fazer cursos”.

Instalada a geladeira, ela tratou de colocar ali os alimentos e as bebidas. Foi então que encontrou a garrafa de champanhe. O champanhe que tinha comprado para celebrar com os vizinhos a sua entrada na universidade. Suspirou. O que fazer com aquilo, agora? Dar de presente para o sobrinho que a ajudara com o dinheiro da inscrição?

Resolveu guardar a garrafa. Bem no fundo da geladeira. Um dia ela ainda ingressaria no curso de administração, um dia brindaria a seu futuro. Era só questão de esperar. Sem medo: uma boa geladeira conserva qualquer champanhe.

(Adaptado de: SCLIAR, Moacyr. “O futuro na geladeira”. Folha de S.Paulo, 01.12.2008)

Confere sentido hipotético ao enunciado o verbo sublinhado em:

- (A) Um dia ela ainda ingressaria no curso de administração
- (B) Na manhã do terceiro dia sentiu um mau cheiro insuportável
- (C) todos os dias estava jogando fora comida que estragara

(D) ela tratou de colocar ali os alimentos e as bebidas

(E) A verdade é que ela precisava de uma geladeira nova

4. (FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/Administração/2021)

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Contos plausíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

narrador relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em

(A) A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito. (3º parágrafo)

(B) A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. (1º parágrafo)

(C) Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços. (1º parágrafo)

(D) A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. (2º parágrafo)

(E) Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. (4º parágrafo)

# MATEMÁTICA

## MATEMÁTICA

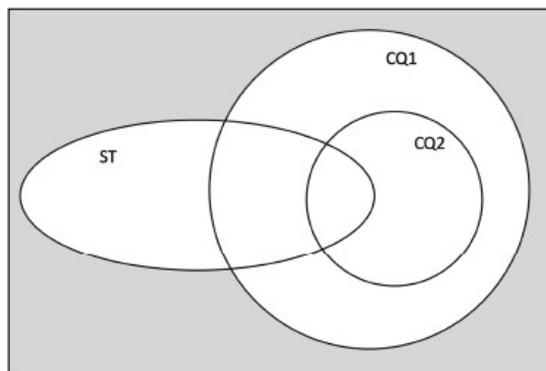
1.FCC - AP (SABESP)/SABESP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2019

Uma pesquisa com todos os alunos de uma escola revelou que 165 alunos praticam esporte mas não se alimentam adequadamente, e que 107 alunos se alimentam adequadamente mas não praticam esporte. A pesquisa indicou que um total de 122 alunos não praticam esporte, e que um total de 203 alunos se alimentam adequadamente. O número de alunos dessa escola é

- (A) 383.
- (B) 368.
- (C) 597.
- (D) 507.
- (E) 456.

2.FCC - ARE IV (SEF SC)/SEF SC/2021

O departamento de recursos humanos de uma empresa lançou um programa de formação para os funcionários do setor de produção composto de três cursos: Controle de Qualidade 1 (CQ1), Controle de Qualidade 2 (CQ2) e Segurança do Trabalho (ST). O diagrama a seguir, em que o retângulo corresponde ao conjunto de todos os funcionários do setor de produção, é usado para representar o percentual de funcionários desse setor que já concluíram cada um dos cursos.



Os responsáveis pela execução do programa de formação identificaram que:

- 55% dos funcionários já concluíram o curso de Segurança do Trabalho;
- 65% dos funcionários já concluíram o curso de Controle de Qualidade 1;
- 30% dos funcionários já concluíram o curso de Controle de Qualidade 2;
- 10% dos funcionários já concluíram os três cursos;
- 10% dos funcionários ainda não concluíram qualquer um dos três cursos.

De acordo com esses dados, o percentual de funcionários que concluíram um único curso é

- (A) 25%
- (B) 30%
- (C) 35%
- (D) 40%
- (E) 45%

3.FCC - ESTAG (SABESP)/SABESP/ENSINO MÉDIO TÉCNICO/2019

Um grupo é formado por 410 ciclistas. Desses ciclistas 260 praticam natação e 330 correm regularmente. Sabendo que 30 ciclistas não nadam e não correm regularmente, o número de ciclistas que praticam natação e correm regularmente é

- (A) 170.
- (B) 150.
- (C) 130.
- (D) 190.
- (E) 210.

4.FCC - ASS LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2020

Para que um montante de laranjas possa ser dividido em 7 grupos, com um deles contendo  $\frac{1}{2}$  do total de laranjas, outro contendo  $\frac{1}{3}$  do total de laranjas e os 5 restantes contendo cada um deles a mesma quantidade de laranjas, é necessário, e suficiente, que o montante total de laranjas seja múltiplo de

- (A) 60
- (B) 30
- (C) 90
- (D) 24
- (E) 18

## 5.FCC - TILU (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Um número é dito palíndromo se é o mesmo quando lido da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda. Por exemplo, 5225 é um palíndromo de quatro algarismos. Considere X o maior palíndromo de quatro algarismos e Y o menor palíndromo de cinco algarismos.

A soma  $X + Y$  é:

- (A) 20000
- (B) 20020
- (C) 20099
- (D) 20902
- (E) 20202

## 6.FCC - ARQT (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Na conta armada abaixo, X Y e Z são números distintos.

$$\begin{array}{r}
 X \ X \ X \\
 X \ X \ Y \ + \\
 \hline
 X \ Z \ Z \\
 \hline
 2 \ 0 \ 1 \ 9
 \end{array}$$

O valor da soma  $X + Z$  é:

- (A) 17
- (B) 9
- (C) 14
- (D) 15
- (E) 16

## 7.FCC - ASSGP (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Todos os habitantes de um determinado município devem receber uma carta da prefeitura, entregue em mãos, mediante assinatura de um protocolo. Para realizar o trabalho de distribuição dessas cartas, a prefeitura contratou pessoas que serão remuneradas por número de entregas realizadas. Cada contratado recebeu um lote de 255 cartas a serem entregues. Sua remuneração se dará da seguinte maneira: para as primeiras 128 cartas, receberá um real por carta entregue; para as 64 seguintes, receberá 2 reais por carta entregue; para as 32 seguintes, 4 reais por carta, e assim por diante, dobrando-se a remuneração, por carta entregue, para o cumprimento de metade da parte da tarefa que acabou de realizar, de modo que pela entrega da última carta receberá 128 reais. O número mínimo de cartas que um contratado deve entregar para receber pelo menos 500 reais é

- (A) 225.
- (B) 213.
- (C) 247.
- (D) 239.
- (E) 231.

## 8.FCC - ACER (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Para completar seus ganhos mensais, um trabalhador vende bolo em pedaços, na porta de um prédio de escritórios, uma vez por semana. Para isso, ele prepara, em sua casa, cinco bolos de sabores variados, usando assadeiras retangulares iguais, de 40 cm por 24 cm, e cortando todos os bolos em pedaços quadrados iguais, com o maior lado possível, sem que haja qualquer desperdício. Supondo que ele consiga vender, no dia, toda quantidade de bolo produzida, e considerando-se que deseja arrecadar pelo menos R\$ 300,00 a cada dia, o trabalhador deve vender cada pedaço de bolo por, no mínimo,

- (A) um real.
- (B) dois reais.
- (C) três reais.
- (D) quatro reais.
- (E) cinco reais.

## 9.FCC - OET (DETRAN SP)/DETRAN SP/2019

Um pacote contém N balas. Sabe-se que  $N \leq 29$  e que há 8 maneiras diferentes de dividir o número de balas do pacote em partes iguais, incluindo a divisão trivial em uma só parte contendo todas as N balas. Então, o resto da divisão de N por 5 é igual a

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 0.

## 10.FCC - TILU (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

João gasta 18 minutos de ônibus para ir de sua casa até o trabalho e 45 minutos se for a pé. Em um dia ensolarado, João desceu do ônibus faltando  $\frac{3}{4}$  do caminho a ser percorrido e completou o percurso até o trabalho a pé. Supondo que as velocidades, tanto do ônibus quanto a de João, são constantes durante o trajeto, o tempo gasto por João para ir ao trabalho nesse dia foi de

- (A) 24 minutos.
- (B) 27 minutos.
- (C) 30 minutos.
- (D) 33 minutos.
- (E) 21 minutos.

## 11.FCC - ASSGP (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Um reservatório de água tem  $\frac{1}{5}$  de sua capacidade ocupada. Após a adição de 32.400 litros de água, o reservatório ficou com  $\frac{7}{8}$  de sua capacidade ocupada. A capacidade, em litros, do reservatório é de

- (A) 37.000.
- (B) 48.000.
- (C) 25.920.
- (D) 40.500.
- (E) 23.350.

# INFORMÁTICA

## INFORMÁTICA

1. FCC - ESTAG (SABESP)/SABESP/ENSINO SUPERIOR/2019

Em um pen drive de 16 GB um Estagiário conseguirá armazenar

- (A) 18 arquivos de 999 MB.
- (B) 4 arquivos de 5194304 KB.
- (C) 8 arquivos de 3097152 KB.
- (D) 6 arquivos de 1532 MB.
- (E) 20 arquivos de 958993459 bytes.

2. FCC - ESTAG (SABESP)/SABESP/ENSINO MÉDIO TÉCNICO/2019

Um Estagiário sugeriu a aquisição de um computador com processador Intel Core i7, com clock de

- (A) 1024 MB/s.
- (B) 1.2 TB.
- (C) 3.7 GHz.
- (D) 540 petaFLOPS.
- (E) 128 GHz.

3. FCC - ESTAG (SABESP)/SABESP/ENSINO MÉDIO REGULAR/2019

Os dispositivos multicore possuem mais de um núcleo em um único chip. Um exemplo de multicore é o Intel Core i9-9900K de 9ª geração com 8 núcleos. Intel Core i9-9900K é um tipo de

- (A) HD.
- (B) ROM.
- (C) SSD.
- (D) RAM.
- (E) processador.

4. FCC - AFTM (MANAUS)/PREF MANAUS/2019

Um técnico de manutenção de microcomputadores de uma empresa precisa substituir o seu disco rígido (H(D) com padrão SATA e capacidade de armazenamento de 1 TB, que apresenta defeito. O computador faz o uso intenso desse disco e permanece em operação continuamente (24 horas, todos os dias). Esse técnico cogita substituir esse HD por uma unidade de estado sólido (SS(D) com a mesma capacidade de armazenamento. Sobre essa substituição, é **correto** afirmar que o SSD

(A) apresenta um consumo de energia superior ao do HD, podendo exigir a substituição da fonte de alimentação por uma de maior capacidade.

(B) apresentará como desvantagem, em relação ao HD, uma vida útil inferior, pois o número de gravações em cada célula é limitado.

(C) apresenta, atualmente, um custo para a capacidade requerida equivalente ao dos HDs convencionais.

(D) exigirá cuidados especiais na instalação, como blindagem da unidade SSD, que é mais sensível a interferências magnéticas do que os HDs.

(E) não pode ser utilizado, pois as unidades SSD possuem apenas conexão padrão IDE.

5. FCC - AG PREV (RP PREV)/RIO PRETO PREV/2019

Para editar as configurações da placa-mãe em computadores da linha PC, o BIOS possui uma interface chamada Setup, que normalmente é acessada, após ligar o computador, pressionando-se a tecla

- (A) F11.
- (B) Home.
- (C) Del ou Delete.
- (D) F12.
- (E) F4.

6. FCC - ASS TF (MANAUS)/PREF MANAUS/"SEM ÁREA"/2019

Foi especificada a aquisição de um microcomputador com uma porta USB-C. Essa porta apresenta como uma de suas características

(A) a transferência de dados de até 1 Gbps, insuficiente para a transmissão de vídeos de padrão 4K para monitores externos ao computador.

(B) compatibilidade mecânica com as portas USB 3.1.

(C) permitir que a carga de dispositivos, como smartphones, seja mais lenta, pois esse padrão fornece menos potência do que portas USB 3.1.

(D) possuir encaixe simétrico sem polarização, podendo ser encaixado de qualquer um de seus lados.

(E) suportar cargas de até 10 W.

7. FCC - ASSGP (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Um Assistente de Gestão Pública entrou em contato com o suporte de informática afirmando que seu computador da linha PC não inicializava o Windows ao ser ligado. O técnico de suporte o orientou a reiniciar o computador por meio de Sistema Operacional contido em um pen drive. Para que isso fosse possível, solicitou ao Assistente para desligar o computador, plugar o pen drive na entrada USB e ligar o computador novamente. Para entrar no Setup, onde poderá mudar a ordem de inicialização do computador, o Assistente sabe que, na maioria dos computadores da linha PC, terá que pressionar a tecla

- (A) F11.
- (B) Ins ou Insert.
- (C) Del ou Delete.
- (D) Tab.
- (E) Ctrl + Enter.

8. FCC - TGP (SPPREV)/SPPREV/2019

No Windows 10, em português, para acessar a janela onde será possível mapear uma unidade de rede, para acessá-la posteriormente por meio do Explorador de Arquivos, deve-se pressionar a tecla de logo do Windows + E e selecionar

- (A) Rede e Internet > Localizar unidades de rede.
- (B) Rede > Central de rede e compartilhamento > Mapear unidades de rede.
- (C) Este computador > Mapear unidade de rede, na guia Computador.
- (D) Rede e Internet > Mapear unidade de rede, na guia Exibir.
- (E) Este computador > Propriedades > Configurar unidade de rede.

9. FCC - ANA PREV (RP PREV)/RIO PRETO PREV/ASSISTENTE SOCIAL/2019

Em um computador com o sistema operacional Windows 10, em português, para alternar entre janelas que estão abertas na memória e para fechar a janela ativa utilizam-se, respectivamente, as combinações de teclas

- (A) [Alt][F4] e [Ctrl][Alt][Del]
- (B) [Ctrl][F1] e [Ctrl][F4]
- (C) [Alt][tab] e [Alt][F4]
- (D) [Shift][tab] e [Shift][F4]
- (E) [Ctrl][tab] e [Ctrl][F12]

10. FCC - TJ (TJ MA)/TJ MA/TÉCNICO EM INFORMÁTICA/HARDWARE/2019

À procura de um malware no computador com o Windows 10, em português, um Técnico entrou no Explorador de arquivos e, para exibir os arquivos ocultos, clicou em:

- (A) Exibir > Itens ocultos.
- (B) Arquivo > Opções de pasta > Mostrar itens ocultos.
- (C) Exibir > Arquivos e Pastas > Itens Ocultos.
- (D) Ferramentas > Opções de Pasta > Mostrar itens ocultos.
- (E) Arquivo > Opções > Arquivos e pastas > Itens Ocultos.

11. FCC - ASS TF (MANAUS)/PREF MANAUS/"SEM ÁREA"/2019

Um assistente pretende localizar uma imagem específica para acrescentá-la em um relatório, em um computador com o sistema operacional Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão para a língua portuguesa. Porém, a imagem se encontra em uma pasta juntamente com muitas outras, e o seu nome possui apenas letras e números, dificultando a sua localização. Uma maneira de localizar com mais facilidade essa imagem é configurar e utilizar um recurso do Explorador de Arquivos, que se chama

- (A) Detalhes.
- (B) Ícones Grandes.
- (C) Painel de Detalhes.
- (D) Painel de Visualização.
- (E) Visualizador de Arquivos.

12. FCC - AG FISCP (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Um usuário, ao ligar o computador com o Windows 10, em português, faz rotineiramente login no sistema, por meio do seu usuário e senha, para seu perfil de usuário ser carregado no computador. Toda vez que se ausenta do computador, por questões de segurança, bloqueia sua área de trabalho e, quando retorna, digita a senha para desbloqueá-la. A tela que possui opções para bloquear a área de trabalho, trocar o usuário do computador, alterar senha, entre outras, pode ser acessada

- (A) clicando-se no botão Iniciar e na opção Gerenciar Usuários.
- (B) pressionando-se simultaneamente a tecla com o símbolo do Windows e a letra R.
- (C) clicando-se no botão Iniciar e na opção Painel de Controle e, em seguida, na opção Gerenciador de Tarefas.
- (D) pressionando-se CTRL + Alt + Delete ou Ctrl + Alt + Del.
- (E) clicando-se no botão Iniciar e na opção Permissões.

13. FCC - ESC (BANRISUL)/BANRISUL/2019

No Linux e no prompt de comandos do Windows, para mostrar a lista de arquivos e diretórios presentes na unidade de armazenamento atual, por exemplo, um pen drive, utilizam-se, respectivamente, os comandos

# DIREITO PENAL

## DIREITO PENAL

1.(FCC - DP AM/DPE AM/2021)

A essência do tratamento diferenciado que se atribui ao inimigo consiste em que o direito lhe nega sua condição de pessoa.

(ZAFFARONI, E. R., O inimigo no direito penal. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2.ed., 2007, p. 18)

A partir do trecho acima, entende-se que o que anula a condição de pessoa é

- (A) a insuficiência de previsão de direitos e garantias penais e processuais penais voltadas para as pessoas vulneráveis ao sistema penal.
- (B) a ausência de investimentos na humanização dos estabelecimentos prisionais, realidade que se reflete nos países da América Latina.
- (C) a razão em que a privação de direitos de alguém se baseia, qual seja, sua consideração simplesmente como perigoso.
- (D) a ausência de reconhecimento das pessoas vulneráveis ao sistema penal como vítimas do Estado de polícia.
- (E) a quantidade de direitos de que alguém é privado na prática punitiva, apesar do expresso rol de direitos e garantias.

2.(FCC - TJ AUX (TJ SC)/TJ SC/2021)

Sobre o princípio da legalidade:

- (A) limita-se à previa definição do crime, mas a pena pode ser cominada posteriormente.
- (B) aplica-se a crime e contravenções penais, salvo crimes hediondos e equiparados.
- (C) permite a retroatividade da lei penal em caso de crime violento e sexual.
- (D) constitui um entrave ao combate da criminalidade violenta no Brasil.
- (E) requer que além de prévia, a lei seja taxativa.

3.(FCC - TJ AUX (TJ SC)/TJ SC/2021)

Constitui crime imprescritível:

- (A) homicídio.
- (B) racismo.
- (C) estupro de vulnerável.
- (D) assédio sexual.
- (E) latrocínio.

4.(FCC - DP RR/DPE RR/2021)

Assunto: Princípios Modernos de Direito Penal  
O princípio da bagatela imprópria

- (A) permite que o julgador deixe de aplicar a pena em razão desta ter se tornado desnecessária.
- (B) pressupõe para sua aplicação a existência de infração bagatelar própria.
- (C) possui reflexos na dosimetria da pena, como circunstância atenuante da pena.
- (D) é reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça em casos de violência doméstica e familiar contra mulher.
- (E) é aplicado, diante da ausência de previsão legal, por analogia o instituto do arrependimento posterior, com a redução da pena de um terço a dois terços.

5.(FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

O Código Penal estabelece que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Sobre a relevância da omissão, o dever de agir incumbe a quem

- I.tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
- II.tenha assumido a responsabilidade de impedir o resultado.
- III.criou, com seu comportamento anterior, o risco da ocorrência do resultado.
- IV.impede que o resultado se produza.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

Questão 6: FCC - DP BA/DPE BA/2021

No Direito Penal, o erro

- (A) de tipo, quando evitável, conduz à redução da pena de um sexto a um terço.
- (B) sobre a pessoa consideram-se as condições e qualidades da vítima, em razão da proibição de responsabilidade penal objetiva.
- (C) inevitável sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade, de modo a impedir a responsabilidade penal do agente.
- (D) sobre a existência ou limites de uma causa de justificação configura o erro de tipo permissivo, com exclusão da tipicidade objetiva.
- (E) de proibição incide sobre os elementos imputabilidade e exigibilidade de conduta diversa da culpabilidade, levando à isenção de pena.

7.(FCC - DP AM/DPE AM/2021)

A tipicidade

- (A) preterdolosa enseja um crime qualificado pelo resultado em que o tipo-base é doloso e o resultado qualificador é culposo.
- (B) é excluída toda vez que se verificar o erro de proibição inevitável.
- (C) material é incompatível com a contravenção penal, dada sua menor gravidade e a fragmentariedade do direito penal.
- (D) na conformação do funcionalismo é avalorada para constituir garantia de restrição do âmbito de punição.
- (E) material é a adequação da conduta à norma incriminadora configurando um mecanismo de subsunção.

8.(FCC - JE TJMS/TJ MS/2020)

Em relação à tipicidade penal, correto afirmar que

- (A) é excluída pelos chamados princípios da insignificância e adequação social, ausentes tipicidade formal e material, respectivamente.
- (B) o consentimento do ofendido, às vezes, pode afastar a própria tipicidade da conduta e, em outras, constituir causa supralegal de exclusão da ilicitude, segundo entendimento doutrinário.
- (C) o erro sobre elemento do tipo exclui o dolo e, por isso, incide sobre a ilicitude do comportamento, refletindo na culpabilidade, de modo a excluí-la ou atenuá-la.
- (D) é afastada nas hipóteses de crime impossível e arrependimento posterior.
- (E) o dolo, segundo a teoria finalista, constitui elemento normativo do tipo.

9.(FCC - DP BA/DPE BA/2021)

Em 12/3/2021, Fernando chegou em casa alcoolizado e após discussão por ciúme, desferiu dois fortes socos no olho de sua esposa Vitória. Em seguida, Fernando disse que “não quer que ela fique novamente de conversa com outros homens na rua” e saiu de casa. Vitória pediu ajuda a vizinhos que a encaminharam ao pronto-socorro para os devidos cuidados. Em razão dos ferimentos, Vitória precisou ser submetida a pequena cirurgia, que necessitou de cinco dias de observação no hospital, mas após alta médica poderia voltar às suas atividades habituais normalmente. Contudo, no último dia se sentiu mal e realizou exames no hospital, tendo sido constatada infecção por Covid-19, que ocorrera no hospital. Em razão das complicações do vírus, Vitória seguiu internada no hospital e morreu vinte e um dias depois. Diante dos fatos narrados, Fernando deve responder por

- (A) lesão corporal seguida de morte.
- (B) feminicídio.
- (C) crime nenhum, pois o fato é atípico.
- (D) tentativa de homicídio.
- (E) lesão corporal em situação de violência doméstica.

10.(FCC - DP GO/DPE GO/2021)

Assunto: Fases do Delito

Sobre o iter criminis é correto afirmar que

- (A) a cogitação é impunível, salvo em casos de milícia privada armada, grupo ou esquadrão.
- (B) o ato preparatório, por constituir uma antecipação da tutela penal, não admite tipificação própria no Código Penal.
- (C) o exaurimento, por se dar após a consumação da pena, não pode interferir na aplicação da pena, pois é incapaz de modificar o desvalor da ação.
- (D) a consumação do crime formal requer o resultado naturalístico, pois dele depende a efetiva violação do bem jurídico.
- (E) a tentativa só pode se configurar na presença do dolo de consumação do delito.

11.(FCC - DP GO/DPE GO/2021)

O crime impossível

- (A) demanda o potencial lesivo da conduta e a ausência de elementos subjetivos do tipo para sua configuração.
- (B) ocorre quando o agente em situação de extrema vulnerabilidade pratica um fato típico em razão da falta de apoio do Estado.

# DIREITO CIVIL

## DIREITO CIVIL

1.(FCC - ANA AC (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/AUDIODESCRITOR/2022)

Em relação à capacidade civil, considerando os termos expressos da legislação vigente sobre o tema,

(A) havendo laudo médico que ateste a incapacidade da pessoa com deficiência reger-se para os atos da vida civil e formular seus juízos de forma autônoma, deverá ser designado a ela um tutor, que a representará em todos os assuntos que a afetem.

(B) a pessoa com deficiência intelectual sem discernimento para a prática dos atos da vida civil deixou, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, a condição de absolutamente incapaz, passando à categoria de relativamente incapaz.

(C) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para fins de casamento, união estável, planejamento familiar e guarda dos filhos.

(D) em nenhuma hipótese a pessoa com deficiência será submetida à curatela, cabendo, em relação aos assuntos de natureza patrimonial e negocial, a tomada de decisão apoiada.

(E) a pessoa com deficiência, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, teve reconhecido seu direito de manifestar sua opinião e tê-la levada em consideração em todos os assuntos que a afetem, cabendo a decisão final, contudo, ao seu representante legal ou ao Judiciário no caso de divergência.

2.(FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

A respeito da emancipação e das normas que estabelecem a aquisição da plena capacidade civil, considere as assertivas abaixo:

I.A emancipação feita em documento escrito e assinado por quem for detentor da guarda é válida, se o emancipado tiver entre 12 e 15 anos incompletos.

II.A emancipação feita por ambos os pais, ao filho com idade de 18 anos incompletos, exige instrumento público.

III.A emancipação feita por tutor em relação ao tutelado depende de decisão judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

(E) I e III.

3.(FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

São efeitos da morte da pessoa natural:

(A) extinção do poder familiar e a dissolução da sociedade conjugal.

(B) extinção da associação a que pertencia a pessoa falecida e abertura de sucessão provisória.

(C) dissolução da associação a que pertencia a pessoa falecida e a extinção do poder familiar.

(D) abertura de sucessão provisória e a extinção da sociedade conjugal.

(E) a emancipação tácita dos herdeiros e sucessores menores.

4.(FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

A proteção legal conferida pelo ordenamento jurídico ao nome, assim entendido o prenome e os apelidos de família, estabelece, como regra, sua imutabilidade. Contudo, é admitida a alteração do nome:

I.Em caso de erros de grafia ocorridos no momento da lavratura do assento de nascimento.

II.Se o prenome causar a seu detentor situação vexatória, expondo-o ao ridículo.

III.No primeiro ano após a aquisição da maioridade civil, admitida, nesse caso, a mudança do nome de família.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) III, apenas.

5.(FCC - DP AM/DPE AM/2021)

Em 2004, foi veiculado um programa televisivo que dramatizava um brutal assassinato ocorrido em 1958, o que levou familiares da vítima a ajuizar uma ação com a pretensão de reparação de danos morais, materiais e à imagem decorrentes da exibição do programa, sustentando o direito ao esquecimento em relação à tragédia fami-

liar ocorrida há tanto tempo. O pedido foi indeferido em primeira e segunda instância e, em recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese em repercussão geral que o direito ao esquecimento

(A) foi contemplado expressamente pelo texto da Constituição Federal, de modo que deve ser compreendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação em meios de comunicação social de fatos e dados, ainda que verídicos e licitamente obtidos, para fins de proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral.

(B) é incompatível com a Constituição Federal, de modo que a divulgação de fatos ou dados verídicos e licitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social, não pode ser obstada e tampouco tem a aptidão de gerar responsabilidade civil, por não constituírem excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão ou de informação, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade de personalidade em geral.

(C) é incompatível com a Constituição Federal, se entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e licitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social, mas eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral.

(D) foi contemplado implicitamente pelo texto da Constituição Federal, de modo que deve ser compreendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação em meios de comunicação social de fatos e dados, ainda que verídicos e licitamente obtidos, para fins de proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral.

(E) é compatível com o texto da Constituição Federal, e pode, diante da análise caso a caso, implicar no poder de obstar a divulgação de fatos ou dados, ainda que verídicos e licitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social, sem prejuízo de eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral.

#### 6.(FCC - DP AM/DPE AM/2021)

Juliana publicou em sua rede social relatos e fotos da rotina de exercícios físicos e regime que a fizeram perder 26 quilos. A rede social era aberta ao público e Juliana reunia mais de 100 mil seguidores. Contudo, Juliana foi

surpreendida ao verificar que sua imagem estava sendo veiculada em publicidades por uma empresa que vendia remédios de emagrecimento. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a

(A) publicação não autorizada de imagem com fins comerciais e econômicos, por si só, não gera direito a indenização, que depende da comprovação de prejuízo e da violação de outros direitos da personalidade.

(B) indenização pela publicação não autorizada de sua imagem para fins econômicos e comerciais depende da comprovação do uso ofensivo da imagem.

(C) indenização pela publicação não autorizada de sua imagem para fins econômicos e comerciais independe da prova de prejuízo.

(D) indenização pela publicação não autorizada de imagem com fins econômicos ou comerciais, independentemente da prova de prejuízo, aplica-se somente em caso de vítima criança ou adolescente.

(E) indenização pela publicação não autorizada de imagem com fins econômicos depende não somente da comprovação de prejuízo, como também do lucro auferido pela empresa pelo uso da imagem.

#### 7.(FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

Com base no disposto no ordenamento jurídico a respeito das pessoas jurídicas de direito privado, considere as assertivas abaixo:

I.A existência legal e a personalidade da pessoa jurídica se iniciam com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

II.O registro do ato constitutivo deverá, dentre outros elementos, indicar a forma da administração e quem a representa, judicial ou extrajudicialmente.

III.A falta de menção no registro, se o ato constitutivo é ou não reformável, não constitui vício ou irregularidade, tampouco inviabiliza o funcionamento da pessoa jurídica.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

(E) I e III.

#### 8.(FCC - ARE IV (SEF SC)/SEF SC/2021)

De acordo com o Código Civil, a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a

(A) inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, independentemente, em qualquer caso, de prévia autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(B) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 1. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Fundamento de existência e função de um Processo Penal acusatório e garantista: por que e para que existe o Processo Penal? Mais especificamente “o fundamento é o ‘porquê’, a razão de ser de algo, enquanto a função (finalidade) diz respeito ao ‘para que’. Assim, (...) existe uma relação de prejudicialidade entre tais conceitos: primeiro se analisa o fundamento para depois examinar as possíveis funções, que devem ser compatíveis com aquela premissa previamente estabelecida.

(VASCONCELLOS, Vinicius G. Fundamento e função do processo penal. Revista Eletrônica de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro, ano 12, v. 19, n. 2, maio-ago. 2018)

A partir de tais lições, em um Estado Democrático de Direito, o fundamento de existência do processo penal (sua razão de existir) e sua função são, respectivamente:

(A) a pacificação social e autorizar a punição dos infratores da lei através de um procedimento em contrário.

(B) a pacificação social e desvendar a verdade real dos fatos narrados na exordial acusatória.

(C) fomentar a Política de Segurança Pública, cujo símbolo maior é o Direito Penal, e permitir a punição dos infratores da lei de maneira célere.

(E) limitar o poder punitivo estatal e verificar a acusação penal em uma reconstrução histórica dos fatos a partir de provas produzidas pelas partes.

(E) limitar o poder punitivo estatal e fomentar a Política de Segurança Pública, cujo símbolo maior é o Direito Penal.

### 2. FCC - DP AM/DPE AM/2021

É possível ter um excesso de garantismo? R: A expressão excesso de garantismo não faz sentido. Garantismo não significa formalismo vazio na aplicação da lei. Consiste em respeitar as garantias penais e processuais, que são, muito mais e muito antes que garantias de liberdade, garantias da verdade.

(Luigi Ferrajoli, entrevista dada à Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br>)

A partir de fala do professor italiano, é correto afirmar sobre a chamada teoria do garantismo integral:

(A) pressupõe o respeito às garantias constitucionais processuais penais durante todo o processo penal, inclusive durante o inquérito policial e execução penal.

(B) mantém a crença no processo penal como instrumento de limitação do poder punitivo estatal, através de um modelo de direito penal mínimo e garantista durante todo o processo penal, exceção feita à execução penal.

(C) ao preconizar haver no processo penal uma discrepância na proteção dos direitos fundamentais individuais em detrimento de direitos e deveres coletivos, não encontra respaldo em suas próprias lições e seu garantismo penal.

(D) embora por ele não idealizada, é reconhecida pelo autor italiano como evolução benéfica de seu garantismo penal, uma vez que aproxima a sua teoria do abolicionismo penal.

(E) embora por ele não idealizada, é reconhecida pelo autor italiano como evolução benéfica de seu garantismo penal, pois lidaria de melhor forma e de maneira mais eficiente com o crime globalizado atual.

## 3. FCC - DP GO/DPE GO/2021

O princípio da individualização da pena

(A) fundamentou o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça que vedou a regressão de regime de cumprimento de pena por salto.

(B) garante legitimidade ao exame criminológico diante de sua capacidade de previsão de comportamento criminoso futuro e com isso impedir o funcionamento indevido do sistema progressivo.

(C) é incompatível com um sistema progressivo de cumprimento de pena, já que os benefícios prisionais devem ser concedidos objetivamente para garantia do indivíduo em face do Estado.

(D) permite, por meio do exercício de direitos subjetivos na execução penal, que duas pessoas iniciem no mesmo dia uma pena idêntica, mas uma tenha a pena extinta antes do outro.

(E) confere um caráter misto ao direito de execução penal, composto por normas penitenciárias e administrativas, como as que regulam o agravo em execução.

## 4. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação

(A) não poderá ser instaurado sem a queixa.

(B) depende da iniciativa do Ministério Público.

(C) não poderá ser iniciado.

(D) exige a manifestação prévia do Ministério Público.

(E) não poderá ser arquivado pelo Ministério Público.

## 5. FCC - Cons Tec (CM Fortal)/CM Fortaleza/Jurídico/2019

Acerca do inquérito policial é **correto** afirmar:

(A) Nos caso de apuração de delito de furto qualificado, deverá se encerrar no prazo de 10 (dez) dias se o indiciado estiver preso.

(B) Em caso de ausência de indícios de autoria, poderá ser arquivado pelo Delegado de Polícia ou pelo Promotor de Justiça responsável pela investigação.

(C) Nos crimes de ação penal privada, pode ser instaurado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

(D) É regido pelos princípios da oralidade, publicidade e ampla defesa.

(E) É indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada ou condicionada à representação da vítima do delito.

## 6. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

Considere abaixo as causas que impedem o acordo de não persecução penal:

I. Se for cabível a suspensão condicional da pena, nos termos da lei.

II. Se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas.

III. Ter sido o agente beneficiado nos 2 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

IV. Crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) I e IV.

(B) I, II e III.

(C) I, III e IV.

(D) II e IV.

(E) II e III.

## 7. FCC - PJ (MPE MT)/MPE MT/2019

Ao tratar da iniciativa da ação penal, o Código de Processo Penal, estabelece, como regra, que a iniciativa será do Ministério Público. Todavia, mesmo nos crimes de ação pública, por vezes, a lei exige a representação do ofendido. Declarado judicialmente ausente o ofendido, terão qualidade para representá-lo **APENAS**

(A) os herdeiros necessários, o curador especial ou advogado constituído.

(B) o cônjuge, ascendente ou descendente.

(C) o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

(D) os sucessores ou curador.

(E) os sucessores ou tutor.

## 8. FCC - DP GO/DPE GO/2021

A sentença absolutória no juízo criminal impede o ajuizamento da ação civil para a reparação do dano quando o fundamento da absolvição consistir em

(A) não haver prova da existência do fato.

(B) que o fato imputado não constitui crime.

(C) estar provado que o réu não concorreu para a infração penal.

(D) não existir prova suficiente para a condenação.

(E) ocorrência de erro de proibição.

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### 1. (CC - JE TJMS/TJ MS/2020)

Em relação aos princípios constitucionais do processo civil, considere os enunciados seguintes:

I. A publicidade processual é a regra geral prevista tanto na Constituição Federal como no Código de Processo Civil; as exceções a esse princípio são estabelecidas por meio de rol taxativo em ambas as normas legais citadas.

II. O princípio da isonomia processual não deve ser entendido abstrata e sim concretamente, garantindo às partes manter paridade de armas, como forma de manter equilibrada a disputa judicial entre elas; assim, a isonomia entre partes desiguais só pode ser atingida por meio de um tratamento também desigual, na medida dessa desigualdade.

III. A razoável duração do processo abrange sua solução integral, incluindo-se a atividade satisfativa, assegurados os meios que garantam a celeridade da tramitação processual.

IV. O princípio do contraditório processual aplica-se apenas à matéria dispositiva, mas não às matérias de ordem pública, casos em que o juiz poderá agir de ofício prescindindo-se da oitiva prévia das partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

### 2. (FCC - JE TJMS/TJ MS/2020)

No que tange à jurisdição, é correto afirmar:

(A) em obediência ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, em nenhuma hipótese a parte precisará exaurir a via administrativa de solução de conflitos, podendo sempre, desde logo, buscar a solução pela via do Poder Judiciário.

(B) a integração obrigatória à relação jurídico-processual concerne ao princípio da inevitabilidade da jurisdição, gerando o estado de sujeição das partes às decisões jurisdicionais.

(C) o princípio segundo o qual ninguém será processado senão pela autoridade competente diz respeito à indelegabilidade da jurisdição.

(D) nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, a intervenção do Judiciário não é obrigatória para que se obtenha o bem da vida pretendido, mostrando-se sempre facultativa essa interferência.

(E) em obediência ao princípio do juiz natural, é defesa a criação de varas especializadas, câmaras especializadas nos tribunais ou foros distritais.

### 3. (FCC - DP RR/DPE RR/2021)

De acordo com a teoria da asserção,

(A) a análise das condições da ação deve ser feita in statu assertionis, isto é, em conformidade com as assertivas decorrentes da prova produzida sob o crivo do contraditório.

(B) as condições da ação foram abolidas do Código de Processo Civil de 2015.

(C) as condições da ação subsistem no Código de Processo Civil de 2015, mas sob a forma de pressupostos processuais.

(D) a análise das condições da ação são questões de mérito e, por este motivo, deve ser feita no momento da sentença.

(E) a verificação de ilegitimidade passiva do réu após a produção de provas enseja a extinção do processo com resolução do mérito.

### 4. (FCC - JE TJGO/TJ GO/2021)

De acordo com a legislação e princípios que regem a matéria,

(A) a incompetência territorial, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, implica extinção do processo sem resolução de mérito.

(B) a abusividade da cláusula de eleição de foro é matéria de ordem pública, e, independentemente da natureza da relação, não se sujeita à preclusão.

(C) os processos de ações conexas devem ser reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.

(D) a competência em razão da matéria constitui pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo e sua não observância acarreta sua extinção sem resolução do mérito.

(E) a competência em razão da matéria constitui pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo e sua não observância acarreta sua extinção com resolução do mérito.

5. (FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

A respeito da capacidade processual, personalidade jurídica e capacidade postulatória, considere as assertivas abaixo:

I. Toda pessoa que se encontre no exercício pleno de seus direitos tem capacidade de assumir a posição processual de autor ou réu.

II. Verificada a incapacidade processual do autor, o juiz imediatamente julgará o processo extinto.

III. O legislador não confere personalidade jurídica ao espólio de pessoa falecida, a despeito de se reconhecer que tenha capacidade de figurar no polo ativo ou passivo de processo judicial.

IV. O ordenamento jurídico confere a capacidade postulatória apenas ao advogado, desde que regularmente inscrito na OAB.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

6. (CC - DP RR/DPE RR/2021)

O Código de Processo Civil prevê atuação da Defensoria Pública sob a forma de curadoria especial em favor de:

I. Réu revel, citado pessoalmente.

II. Réu revel, citado por hora certa, enquanto não for constituído advogado/a.

III. Réu citado por edital, ainda que tenha constituído advogado/a.

IV. Pessoa incapaz que, embora tenha representante legal, apresente colidência de interesses com este.

V. Réu revel, em cumprimento de pena privativa de liberdade, se não constituir advogado/a.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e V.

7. (FCC - DP PB/DPE PB/2022)

Nivaldo ajuizou uma ação pauliana com a finalidade de anular uma venda fraudulenta feita por um devedor insolvente. Na petição inicial, o autor indicou como réus o vendedor (seu devedor, em estado de insolvência) e o comprador. Verifica-se, assim, um litisconsórcio inicial passivo

- (A) simples e facultativo.
- (B) unitário e facultativo.
- (C) simples e necessário.
- (D) unitário e necessário.
- (E) alternativo.

8. (FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica:

(A) O requerimento pode ser formulado na petição inicial ou na forma de incidente.

(B) Se tratando de incidente, será instaurado pelo juiz, de ofício, ou se houver pedido do credor.

(C) O Ministério Público atuará no incidente na condição de fiscal da ordem jurídica, seja qual for a natureza do processo principal.

(D) O incidente somente é admitido no cumprimento da sentença e na execução fundada em título extrajudicial.

(E) Instaurado o incidente, será dispensada a citação do sócio ou da pessoa jurídica.

9. (FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

Considere a sistemática processual no que tange às ações de família e às funções institucionais conferidas ao Ministério Público:

I. O Ministério Público sempre intervirá quando houver interesse de incapaz, sendo ele parte ou não no processo.

II. O Ministério Público intervirá nos processos contenciosos, existindo ou não interesse de incapaz.

III. O Ministério Público, a despeito de não figurar incapaz em um dos polos da ação, intervirá se houver como parte vítima de violência doméstica e familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) I e III.
- (E) III.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. (CC - DP PB/DPE PB/2022)

Dentro das teorias sobre as origens do Estado, a ideologia gaulesa ou gálica estabelecia que

- (A) os grupos se organizavam de forma rude e nômade.
- (B) a família era o centro da formação do Estado.
- (C) o rei possuía certos direitos contra o papa.
- (D) o soberano prestava contas somente a Deus e o povo reconhecia esse poder.
- (E) o poder absoluto era de origem divina.

### 2. (FCC - DP PB/DPE PB/2022)

Tomando como base a teoria da separação dos poderes, na antiguidade clássica, a indispensabilidade de estabelecerem-se poderes com estrutura, atribuições e funções diferentes foi chamada por Aristóteles de

- (A) constituição mista.
- (B) constituição heterogênea.
- (C) acesso de estrato social.
- (D) modelo polibiano.
- (E) modelo social-igualitário.

### 3. (FCC - DP BA/DPE BA/2021)

Por neoconstitucionalismo entende-se

- (A) a liberdade de interpretação do texto constitucional, com o objetivo de lhe dar eficácia, afastando-se de sua característica retórica em busca de seu caráter axiológico.
- (B) a ênfase ao caráter hierárquico da norma, seu aspecto eminentemente superior em grau de importância formal.
- (C) a efetivação de um estado democrático de direito por meio da aplicação de normas formalmente constituídas por processo legislativo diferenciado.
- (D) o fortalecimento do caráter normativo retórico e histórico dos textos constitucionais, visando sua supremacia no ordenamento jurídico.
- (E) as normas constitucionais que se originam das expectativas sociais quanto ao regramento estatal das liberdades.

### 4. (FCC - DP SC/DPE SC/2021)

A Constituição é definida como decisão política do titular do poder constituinte por

- (A) Ferdinand Lassalle.
- (B) Carl Schmitt.
- (C) Hans Kelsen.
- (D) Rudolf von Ihering.
- (E) Karl Loewenstein.

### 5. (FCC - DP RR/DPE RR/2021)

São características do poder constituinte derivado re-formador:

- (A) Acarretar uma verificação do texto constitucional.
- (B) Criar, por parte dos entes federados, sua própria Constituição.
- (C) Ser o responsável pela ampliação ou modificação do texto constitucional.
- (D) Encontrar previsão nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.
- (E) Acarretar reforma do texto constitucional apenas após cinco anos da promulgação.

### 6. (FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021)

Considere o seguinte excerto de voto do Min. Roberto Barroso, proferido em sede de julgamento de Recurso Extraordinário com repercussão geral, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal:

[...] o Direito brasileiro vem manifestando, desde a promulgação da Constituição de 1988, por seu poder constituinte originário, por seu poder constituinte derivado e pelo legislador ordinário, o firme propósito de avançar na proteção conferida à criança e ao filho adotivo. É de acordo com essa evolução, com a cadeia de normas antes descrita e à luz dos compromissos e dos valores que elas expressam, que o alcance da licença maternidade das servidoras públicas deve ser interpretado. No caso em exame, todos os capítulos desta história avançaram, paulatinamente, para majorar a proteção dada à criança adotada e igualar seus direitos aos direitos fruídos pelos filhos biológicos.

Assim, observado tal parâmetro, há um único entendimento compatível com a história que vem sendo escrita sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil: aquele que beneficia o menor, ao menos, com uma licença maternidade com prazo idêntico ao da licença a

que faz jus o filho biológico. Esse é o sentido e alcance que se deve dar ao art. 7o , XVIII, da Constituição, à luz dos compromissos de valores e de princípios assumidos pela sociedade brasileira ao adotar a Constituição de 1988. É, ainda, o entendimento que assegura a integridade do Direito. Mesmo que o STF tenha se manifestado em sentido di verso, no passado, e mesmo que não tenha havido alteração do texto do art. 7o , XVIII, o significado que lhe é atribuído se alterou. [...]

Refere-se o Ministro, no caso, ao fenômeno da

(A) interpretação conforme à Constituição, por meio da qual a norma constitucional, originária ou resultante de emenda, se adequa aos princípios por ela adotados, pela via da interpretação judicial, que, no caso, resultou na ampliação do alcance da norma referente à licença gestante, para abranger a licença adotante.

(B) mutação constitucional, pela via da interpretação judicial, que, no caso em tela, resultou no reconhecimento de que os prazos da licença adotante, não referida expressamente pela Constituição, não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, assegurada pela Constituição com a duração de cento e vinte dias.

(C) mutação inconstitucional, ocasionada pela mudança da realidade social e consequente nova percepção do Direito, produzindo uma alteração informal no texto constitucional, que, no caso em tela, consistiu no reconhecimento de direito à licença adotante, não previsto expressamente no texto constitucional.

(D) modificação formal da Constituição, por meio da ampliação de seu rol de direitos fundamentais, de modo a contemplar direitos e garantias que, embora não previstos expressamente no texto da Constituição, decorrem do regime e dos princípios por ela adotados, a exemplo da licença adotante, de que cuida o caso em tela.

(E) declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto, a qual se opera nas situações em que se restringe ou amplia o alcance da norma constitucional, sem que seu texto sofra alteração, como no caso do dispositivo que assegura a licença gestante, por período de cento e vinte dias, ao qual se equiparou o da licença adotante.

7. (FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021)

São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República:

- (A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
- (B) o pluralismo político e a independência nacional.
- (C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.

(D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

(E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.

8. (FCC - DP BA/DPE BA/2021)

O princípio do não retrocesso social se identifica com a ideia de

(A) inconstitucionalidade formal de medidas provisórias que visem à redução de direitos sociais.

(B) redução do Estado Capitalista e crescimento do Estado Social.

(C) concretização da dimensão positiva aos direitos sociais.

(D) um direito constitucional de resistência.

(E) uma desarrazoabilidade legislativa em seu sentido formal.

9. (FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021)

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Cristina requereu a um determinado órgão público informação de interesse coletivo. Cristina

(A) tem direito a receber essa informação, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que se trata de interesse da coletividade.

(B) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, salvo se seu sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(C) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que seria de cunho privado.

(D) não tem direito a receber essa informação. Contudo, caso o órgão público, por mera liberalidade, entender que referida informação é relevante para a coletividade, independente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, poderá fornecê-la a qualquer tempo.

(E) tem direito a receber essa informação, salvo se seu sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

10. (FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021)

Servidor público efetivo, ocupante de cargo de professor de ensino fundamental na rede pública municipal, é aprovado em concurso para exercer cargo de professor em escola técnica mantida por autarquia do mesmo Município, e passa a exercer ambos, diante da compatibilidade de horários. Quando da realização do primeiro pa-

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021)

A discussão teórica sobre o conceito de Direito Administrativo se estabeleceu, a partir do debate acadêmico europeu do Século XIX, em torno de determinados traços distintivos da disciplina. Dentre as escolas que então se formaram, aquela que enfatizava a importância da distinção entre “atos de império” e “atos de gestão”, para fins de definição do campo científico jusadministrativo, é a escola

- (A) do serviço público.
- (B) teleológica ou finalista.
- (C) da puissance publique ou potestade pública.
- (D) da gestão pública.
- (E) imperialista ou da supremacia administrativa.

2. (FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022)

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

- (A) Todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
- (B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
- (C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
- (D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- (E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

3. (FCC - DP PB/DPE PB/2022)

Considera-se princípio inerente ao regime jurídico dos serviços públicos a

- (A) participação na manutenção da qualidade, que indica a contribuição do usuário acerca da prestação do serviço público.
- (B) continuidade do serviço público, que assegura a prestação do serviço, sem qualquer distinção de caráter pessoal.
- (C) igualdade dentre os usuários, que reconhece privilégios à Administração, mas não diferencia a prestação compulsória ao usuário que o contratou.
- (D) aplicabilidade da exceção do contrato, que dispensa o usuário do pagamento, caso haja ineficiência do serviço.
- (E) mutabilidade do regime jurídico, que está autorizada para que sempre se possa adaptá-lo ao interesse público.

4. (FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021)

Determinada conduta dos gestores públicos está sendo questionada judicialmente, sob alegação de afronta ao princípio da proporcionalidade. Considerando o significado e alcance do referido princípio, constituirá fundamentação válida para acolhimento de tal impugnação se o ato em questão

- (A) importar qualquer gradação de limitação de expectativas de direito dos administrados, independentemente da finalidade pretendida.
- (B) não corresponder à conduta que seria esperada socialmente para a boa gestão da coisa pública.
- (C) não se adequar à forma prevista em lei, eis que referido princípio impede a prática de atos dotados de discricionariedade.
- (D) ensejar imposição de obrigações ou restrições superiores àquelas que seriam necessárias para o atingimento da finalidade pretendida.
- (E) não contar com autorização expressa, de caráter concreto e individualizado, em decreto do Chefe do Executivo.

## 5. (FCC - DP AM/DPE AM/2021)

O ato administrativo divide-se em duas categorias, quais sejam, quanto ao conteúdo e quanto à forma de que se revestem. Em relação ao conteúdo, a aprovação é ato

- (A) unilateral e discricionário, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.
- (B) unilateral e vinculado, pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato jurídico.
- (C) pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos de sua competência.
- (D) unilateral e discricionário, precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração aprova a utilização privativa de bem público a um particular.
- (E) pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito a prestar um serviço público.

## 6. (FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022)

Em relação aos atos administrativos, o instrumento de que se valem as autoridades para transmitir ordens internas uniformes aos seus subordinados é denominado

- (A) Despacho.
- (B) Circular.
- (C) Portaria.
- (D) Alvará.
- (E) Visto.

## 7. (FCC - DP RR/DPE RR/2021)

Determinado ato administrativo está viciado em razão de não ter sido praticado por pessoa de qualquer modo investida em cargo, emprego ou função, não possuindo, portanto, atribuições próprias de agente público. O vício identificado está relacionado

- (A) à forma, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de função de fato.
- (B) ao sujeito, na categoria de incompetência, tratando-se de caso de usurpação de função.
- (C) à incapacidade, na categoria de incompetência, tratando-se de caso de abuso de poder.
- (D) ao motivo, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de usurpação de função.
- (E) ao sujeito, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de função de fato.

## 8. (FCC - DP PB/DPE PB/2022)

É admitida a convalidação do ato administrativo

- (A) nos vícios de incompetência em ato não exclusivo.
- (B) nos vícios relativos ao motivo.
- (C) nos vícios relativos à finalidade.
- (D) nos vícios relativos ao objeto.
- (E) na conversão, com efeito retroativo.

## 9. (FCC - DP SC/DPE SC/2021)

Há espaço para a discricionariedade administrativa quando

- (A) a lei expressamente prevê as vias passíveis de serem escolhidas para a resolução do problema.
- (B) a lei prevê determinada competência, mas não estabelece a conduta a ser adotada.
- (C) o Administrador, em se tratando de elementos do ato administrativo, refere-se ao sujeito, finalidade e conteúdo.
- (D) o Administrador, invariavelmente, abordar o motivo e o conteúdo do ato administrativo.
- (E) o Administrador se utiliza de conceitos de experiência ou empíricos que, conforme a atualidade, podem variar em sua interpretação.

## 10. (FCC - DP RR/DPE RR/2021)

Ao exigir uma planta para licenciamento de construção pelo particular, o poder de Polícia da Administração Pública demonstra ser uma atividade

- (A) negativa.
- (B) positiva.
- (C) mista.
- (D) de obrigação de fazer.
- (E) material.

## 11. (FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/INFORMÁTICA/2021)

Durante a pandemia do novo coronavírus muitos dos entes federados editaram normas obrigando a população a usar, em ambientes de acesso ao público, máscara de proteção facial, considerada medida não farmacológica de redução do contágio e disseminação do vírus. A limitação referida é manifestação do poder

- (A) de polícia administrativa, que pode incidir sobre bens, direitos e atividades, possuindo caráter preventivo, repressivo e fiscalizador.
- (B) de polícia judiciária, o qual tem legitimidade para restringir a liberdade individual.
- (C) de polícia administrativa, que incide sobre direitos e atividades, mas não sobre bens, por ter caráter essencialmente preventivo.
- (D) sancionatório da administração, que encontra fundamento no princípio hierárquico.
- (E) de polícia judiciária, que tem por objetivo prevenir e reprimir ilícitos civis.